Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A **Odontoprev S.A.** (**Companhia ou OdontoPrev**) iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia possui participação nas seguintes empresas controladas (diretas e indiretas) e coligadas:

_				Participaçã	io no capita	l social (%)
	31	l de dezeml	oro de 2012	31 de dezembro de 2011		
	С	ontroladas		С	ontroladas	
	Direta	Indireta	Coligadas	Direta	Indireta	Coligadas
Clidec - Clinica Dentária Especializada Cura Dar's Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	99,9	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	99,9	-	-	99,9	-	-
Garcia Pedrosa Ltda. (Rede Dental)	99,9	-	-	99,9	-	-
Easy Software Ltda. (Easy)	-	51,0	-	-	51,0	-
Adcon Administradora de Convênios Odontológicos Ltda. (Adcon)	99,9	-	-	99,9	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	99,9	-
Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontored)	-	-	40,0	-	-	40,0
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	16,7	-	-	-

Clidec: empresa constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

OdontoPrev Serviços: empresa constituída em 03 de dezembro de 1999, tem por objeto social a prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios para empresas em geral, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Rede Dental: empresa constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica e, nesse sentido, a administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas.

Easy: empresa constituída em 03 de novembro de 1993, sendo controlada pela OdontoPrev Serviços em 51%, tem por objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Adcon: empresa constituída em 14 de abril de 1997, tem por objeto social a administração e a comercialização de planos odontológicos como operadora de odontologia de grupo.

Dental Partner: empresa constituída em 14 de novembro de 2008, sendo controlada pela Clidec em 99,9%, tem por objeto social o comércio atacadista e varejista de produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

Odontored: empresa constituída em 13 de agosto de 2009, localizada na Cidade do México - México, que tem como objeto social o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo sua operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

G2D: em 09 de agosto de 2012, por intermédio de sua controlada OdontoPrev Serviços, a Companhia firmou acordo de investimento na G2D, empresa constituida em 19 de dezembro de 2011 que detém uma plataforma para o agendamento *online* de consultas com profissionais da área de saúde.

A Companhia e suas controladas Rede Dental e Adcon enquadram-se como operadora odontológica no segmento odontológico terciário, de acordo com a Resolução RDC 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

Grupo Papaiz

Em 28 de agosto de 2012, por intermédio de sua controlada Clidec, a Companhia celebrou contrato de compra da rede de Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz), em parceria com o Grupo Fleury. A aquisição foi concluída em 31 de janeiro de 2013, após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Nos termos do Contrato, cumpridas as condições precedentes o Fleury adquirirá 51% do capital social do Grupo Papaiz, e a Clidec controlará a empresa que deterá os 49% restantes e abrigará alguns dos vendedores e atuais executivos do Grupo Papaiz.

Em 31 de dezembro de 2012 a parcela de adiantamentos para aquisição de investimentos registrada nas demonstrações financeiras consolidadas é de R\$265.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2013.

2. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Tais práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards (IFRS*)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal no Brasil.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas da ANS, e de acordo com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme destacado na nota 3.

2.2 Consolidação

2.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Controladas

Controladas são todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional, geralmente representadas por mais de 50% das ações com direito a voto ou em que retém a maioria dos riscos e benefícios originados desse investimento, segundo as regras do IFRS. As controladas são consolidadas a partir da data pela qual o controle é transferido à OdontoPrev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio, apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados a aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. A participação de não controladores nas empresas controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos em suas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais. Também são eliminados os saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos da Companhia e de suas controladas, conforme quadro de participações apresentado na nota 1.

As políticas contábeis das controladas foram alteradas quando necessário, para garantir a consistência das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o IFRS, e a aplicação das políticas contábeis escolhidas pela Companhia.

(b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

2.2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao valor do resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais determinam a avaliação dos investimentos pelo método da equivalência patrimonial, de forma divergente do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, que prevê a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo custo ou valor justo.

2.2.3 Demonstrações do resultado abrangente

A Companhia e suas controladas não possuem: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de *hedge*; (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias. Neste sentido, as demonstrações do resultado abrangente correspondem ao lucro líquido dos períodos apresentados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Apresentação de relatório por segmentos operacionais

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, conforme apresentado na nota 20.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são avaliados utilizandose a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da controlada utilizando-se as taxas de câmbio corrente (ativos e passivos) e da data das transações (patrimônio líquido). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais possuem vencimentos originais de três meses com risco insignificante de mudança de valor, conforme composição destacada na nota 6.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, conforme determinação da Administração no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas como ativos circulantes conforme composição destacada na nota 7.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas controladas compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde, conforme nota 8).

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde correspondem às contraprestações pecuniárias a receber pela venda de planos odontológicos coletivos ou individuais padronizados ou personalizados.

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas (resultado) ou de faturamento antecipado (ativo circulante agrupada a contraprestações pecuniárias), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo custo, sendo que os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações de valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado do período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros conforme nota 2.6.5.

2.6.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo seguindo a hierarquia abaixo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. Na nota 7 destacamos a composição das aplicações financeiras, as quais classificamos no nível 1 (títulos públicos) e nível 2 (CDBs e outros).

2.6.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5 Recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira
 de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do
 pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que
 se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas controladas mensuram a provisão. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor da provisão é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado, limitada ao valor contábil que teria sido determinado se a perda por desvalorização não tivesse sido reconhecida em períodos anteriores.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo orientações do CPC 38/IAS 39 que prevê a avaliação de evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou coletivamente para os que não sejam individualmente significativos ou que possuem características semelhantes de risco de crédito.

2.7 Ativos não circulantes

2.7.1 Realizável a longo prazo

Representado por imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 10.1), e outros ativos não circulantes (depósitos judiciais – nota 10.2 e outros créditos receber – nota 10.3), apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente quando aplicável, tomando por base de origem da transação, quando relevantes. Na data-base dos balanços, não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à: ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e provisões diversas, conforme destacado na nota 10.1.

(b) Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos à cobrança do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) sobre autônomos e a majoração de alíquota da COFINS, confome mencionado na nota 10.2.

2.7.2 Investimentos

Representados por investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais apurados em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, conforme nota 11.

2.7.3 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida econômica estimada dos bens às taxas anuais mencionadas na nota 12.

O imobilizado é composto, em sua maioria, por equipamentos de computação e móveis.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil deste for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.7.4 Intangível

(a) Ágio na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio *(goodwill)* fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (participações em controladas) mencionados na nota 13.1. É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*), conforme destacado na nota 13.2. É contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, as quais não são revertidas.

(b) Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de softwares e outros

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *software* são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e nos necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses, conforme nota 13.3.

Os gastos incorridos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Valores de ágio atribuídos a marca, carteira de clientes e acordo de não competitividade são agrupados em "ativos intangíveis - OdontoServ". Tais itens são amortizados pelo método linear, pelos prazos identificados em laudo de avaliação conforme destacado na nota 13.3.

(c) Despesas de comercialização diferidas

A Companhia registra como despesas de comercialização diferidas ("DAC" ou *Deferred Acquisition Costs*) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos. Esse ativo é apropriado ao resultado pelo prazo de doze meses.

2.8 Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

A Deliberação CVM 639/10, CPC 01 (R1)/IAS 36, determina que as companhias e suas controladas efetuem análise periódica sobre recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização.

É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em unidades de negócio (empresas adquiridas ativas e/ou incorporadas).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Contratos de planos de assistência odontológica

Na adoção inicial do CPC 11/IFRS 4, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de planos de assistência odontológica com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários com substância comercial em que o evento segurado ocorre, comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre. A Companhia emite contratos de assistência odontológica que transferem risco financeiro, risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos ou ambos. Em geral, a Companhia define como risco significativo de seguro a possibilidade de incorrer em sinistralidade superior às mensalidades pagas pelos beneficários. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante (vide notas 5.1 e 5.2).

A Companhia classificou os contratos relativos a planos coletivos pós-pagamento como "contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11/IFRS 4.

O pronunciamento técnico CPC 11/IFRS 4 não foi aprovado pela ANS, mas seguindo orientações da CVM, a Companhia o aplicou em suas demonstrações financeiras.

(a) Despesas de comercialização diferidas

Vide comentários da nota 2.7.4, item c.

(b) Passivos de contratos de comercialização de planos odontológicos

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para a Companhia são avaliados segundo uma metodologia ou modelo contábil aplicável para contratos desta natureza. Na adoção do IFRS, a Companhia utilizou as regras do CPC 11/IFRS 4 para avaliação destes contratos, aplicando as regras e os procedimentos mínimos previstos que incluem: (i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (LAT, *Liability Adequacy Test*); (ii) o processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e (iii) a identificação de derivativos embutidos.

(c) Teste de adequação dos passivos (LAT)

Em conformidade ao CPC 11/IFRS 4, a Companhia elaborou em 31 de dezembro de 2012 o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de assistência odontológica vigentes na data de execução do teste. Este teste considera como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11/IFRS 4, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se as premissas da data de execução do teste, não identificando qualquer deficiência.

Caso seja identificada qualquer deficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC ou os custos de aquisição diferidos até o limite de zero (ou outros ativos intangíveis, como os originados de contratos de exclusividade e diretamente relacionados a contratos de seguro) e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste quando o valor da perda ultrapassar o saldo contábil desses ativos intangíveis. Qualquer ativo intangível, como exemplo a DAC, que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente restabelecido pela Companhia em circunstâncias em que o teste demonstre resultados favoráveis para a Companhia em períodos futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10 Provisões técnicas

As operadoras devem constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN 209/09, alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 246/11 e 313/12 a "provisão para eventos ocorridos mas não avisados" (PEONA), estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia (vide nota 14, item c).

Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar" no grupo "provisões técnicas de operações de assistência odontológica" de acordo com a IN 46/11 revogada pela RN 290/12. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de "eventos indenizáveis líquidos".

2.11 Tributos e contribuições a recolher

(a) Obrigações fiscais federais

- (i) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano, e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.
- (ii) Demais obrigações fiscais federais: composta pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para o PIS é constituída à alíquota de 0,65% e para a COFINS à alíquota de 3,0%, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos.

(b) Obrigações fiscais municipais

Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para ISS é constituída às alíquotas que variam de 2,0% a 3,0% sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos.

2.12 Fornecedores e outras contas a pagar

Refere-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.13 Demais passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)

Os passivos fiscais diferidos cuja exigibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

2.15 Passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia e suas controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37, no qual apenas os processos estimados como "perdas prováveis", 100% do valor da causa, são provisionados. De acordo com o histórico, também são provisionados, com valor equivalente a 50% do valor estimado, os processos avaliados como "perdas possíveis", que possuem como objeto tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos em que a Companhia e/ou suas controladas são partes.

Também consideram relevantes, estabelecendo estimativas individuais e efetuando provisionamento, os processos administrativos em trâmite perante a ANS e outros órgãos de defesa do consumidor (ex.: Procon), especialmente aqueles em que houve aplicação de sanção pecuniária. Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde, e os processos perante os órgãos de defesa ao consumidor podem acarretar danos à imagem da Companhia e suas controladas.

(a) Passivos contingentes

São constituídos pela Administração, quando considerados prováveis, baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos; na causa das ações; na similaridade com processos anteriores; na complexidade da causa e o posicionamento do judiciário, sempre que for provável que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(b) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa selic).

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A Companhia recompra ações de sua própria emissão para lastrear o programa de opção de compra de ações (nota 19.5), as quais são registradas como dedutibilidade das reservas de lucros.

2.17 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações efetivas

As receitas com contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de preço preestabelecido são obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- *pro rata die* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura referentes ao mês subsequente estão contabilizadas na conta de faturamento antecipado, redutora do ativo circulante de acordo com determinações da RN 206/09, alterada pelas RNs 208/09 e 290/12.

(b) Vendas de bens e serviços

As receitas com vendas de bens e serviços, provenientes das controladas, conforme destacado na nota 20 item (ii) são apropriadas ao resultado conforme regime de competência.

(c) Financeiras

Consiste nas receitas geradas pelas aplicações financeiras, atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais.

2.18 Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

2.19 Benefícios a empregados e administradores (remuneração variável)

As participações de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, são classificadas como resultado de participações, em despesas operacionais. A Companhia e suas controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de empregados como resultado de participações, em despesas operacionais, conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19; e (ii) efetuam o cálculo e contabilização, em despesas operacionais, de todos os custos estimados de opções de compra de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamento baseados em ações existentes a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive, conforme determinações contidas no documento CPC 10 (R1)/IFRS 2. A contabilização dessas despesas operacionais é em contrapartida à conta do patrimônio líquido "opções outorgadas".

A Companhia concede opções de compra de ações (*stock options*) que são exercidas em data futura e após um período de carência, cujo exercício é sujeito à permanência do beneficiário por um período determinado de tempo e prestando serviços para a Companhia (condição denominada como *vesting condition* pelo CPC 10 (R1)/IFRS 2). Na data de outorga da opção, a Companhia calcula o valor justo de cada opção segundo a metodologia financeira, amplamente conhecida "*black & scholes*", levando em consideração diversos fatores na data da outorga da opção, como volatilidade das ações, preço de exercício da ação, preço de mercado das ações, período de carência, taxa de desconto livre de risco, entre outros fatores. A despesa de remuneração em forma de ações é registrada segundo o período de competência e conforme o beneficiário presta serviços para a Companhia até a data em que o instrumento de capital poderá ser adquirido pelo beneficiário.

2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da OdontoPrev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que não pago até o término do exercício social, na conta "dividendo adicional proposto", até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.21 Lucro por ação

O lucro por ação da Companhia para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, em conformidade com o CPC 41/IAS 33, foi calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo ações em tesouraria. O lucro por ação também foi calculado, mediante ao ajuste da quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Na nota 27 apresentamos o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

2.22 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas existentes a seguir foram publicadas, e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia subsequentes ao iniciado em 01 de janeiro de 2013. A adoção antecipada dessas normas, citadas abaixo, está condicionada a aprovação pela CVM.

- IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no
 processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". O
 IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma é aplicável a partir
 de 01 de janeiro de 2015.
- IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas", determina um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IFRS 11, "Acordos de Participação", eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado". A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IFRS 12, "Divulgações de Participações em Outras Entidades", expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.
- IFRS 13, "Mensuração de Valor Justo", o objetivo é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2013.

3. Conciliação da Lei das Sociedades por Ações e ANS

Tendo em vista que exercemos uma atividade regulada no setor de planos odontológicos, somos obrigados a apresentar nossas demonstrações financeiras com base no Plano de Contas da ANS, que apresenta rubricas contábeis com denominações diferentes daquelas comumente empregadas por empresas de outros setores. Desta

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

forma, para facilitar a leitura das demonstrações financeiras, apresentamos a seguir uma conciliação entre as denominações utilizadas pela Lei das Sociedades por Ações e aquelas adotadas pelo Plano de Contas da ANS:

			Companhia	Consolidado		
		Exercício findo em 31 d	de dezembro de	Exercício findo em 31	de dezembro de	
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	ANS	2012	2011	2012	2011	
	Contraprestações líquidas	965.292	836.225	989.544	861.594	
	Venda de bens e serviços	502	12	5.678	6.907	
	Tributos diretos de operações com planos					
Impostos sobre vendas	de assistência à saúde	(31.613)	(26.996)	(32.765)	(28.218)	
	Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(6.974)	(5.020)	
RECEITA DE VENDAS		934.181	809.241	955.483	835.263	
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(470.266)	(404.608)	(485.528)	(416.464)	
•	Eventos indenizáveis líquidos	(416.868)	(345.102)	(426.859)	(352.470)	
	Encargos sociais sobre serviços	(29.559)	(26.247)	(29.882)	(26.564)	
	Materiais odontológicos	(6.549)	(6.142)	(3.781)	(4.025)	
	Outras despesas operacionais	(1.787)	(13.096)	(9.503)	(19.384)	
	Variação da provisão de eventos ocorridos					
	e não avisados (PEONA)	(15.503)	(14.021)	(15.503)	(14.021)	
RESULTADO BRUTO		463.915	404.633	469.955	418.799	
Despesas de comercialização	Despesas de comercialização	(87,984)	(73.922)	(88.832)	(74.783)	
Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	(153.445)	(135.938)	(147.643)	(141.372)	
Outras despesas	Outras despesas	(31.332)	(22.213)	(32.824)	(22.618)	
Outorga de opções de ações	Outorga de opções de ações	(3.624)	(2.863)	(3.624)	(2.863)	
Provisão para perdas sobre créditos	Provisão para perdas sobre créditos	(22.744)	(18.784)	(22.566)	(19.454)	
Participações no resultado	Participações no resultado	(4.964)	(566)	(6.634)	(301)	
Resultado financeiro	Resultado financeiro	12.151	15.780	13.233	17.808	
Receitas financeiras	Receitas financeiras	20.867	23.546	22.674	26.156	
Despesas financeiras	Despesas financeiras	(41.360)	(48.231)	(42.085)	(48.813)	
Reversão dos juros sobre capital próprio	Reversão dos juros sobre capital próprio	32.644	40.465	32.644	40.465	
Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	5.975	4.787	(728)	(871)	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS			,		
SOBRE O LUCRO	SOBRE O LUCRO	209.280	193.127	213.161	196.963	
Imposto de renda e contribuição social sobre	Imposto de renda e contribuição social sobre		,	·-		
o lucro	o lucro	(63.714)	(47.816)	(67.398)	(51.293)	
Corrente	Corrente	(43.446)	(33.645)	(47.062)	(37.142)	
Diferido	Diferido	(20.268)	(14.171)	(20.336)	(14.151)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	145.566	145.311	145.763	145.670	
Atribuível a:						
Acionistas da Companhia		145.566	145.311	145.566	145.311	
Participação dos não controladores			<u> </u>	197	359	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	145.566	145.311	145.763	145.670	
Lucro por ação aos acionistas da Companhia	durante o exercício:					
Lucro básico por ação		0,27453	0,27393	0,27453	0,27393	
Lucro diluído por ação		0,27185	0,27087	0,27185	0,27087	

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados no intangível, provisões técnicas e para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

(a) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, inclusive as contraprestações a receber de clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente, as perdas sobre créditos identificadas na avaliação da recuperabilidade do contas a receber representam cerca de 2,4% das receitas totais da Companhia e de suas controladas, sendo que aproximadamente 59,7% do total das perdas provêm dos contratos individuais pré-pagos. Caso a representatividade destes contratos fosse superior, a Companhia teria uma elevação no total de suas perdas registradas no resultado.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no limite de que seja provável que resultados futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e à determinação de horizonte de geração de resultados futuros tributáveis.

Referem-se, basicamente, aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias relativas à: ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas (tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev); provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e provisões diversas, conforme destacado na nota 10.1.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Conforme requerido pelo IFRS, a Companhia aplica as regras de análise e avaliação de recuperabilidade para ativos não financeiros. Na apuração de *impairment* do ágio, a Companhia emprega a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Na avaliação do valor em uso, a Administração acredita que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas mencionadas na nota 13.2 levaria o valor contábil a exceder significativamente o seu valor recuperável.

(d) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia dispõe de contratos de planos de assistência odontológica na modalidade pré-pagos que são classificados por similaridade como contratos de seguro em decorrência da transferência significativa de risco de seguro para a Companhia. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área em que a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia liquidará em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações (vide política contábil divulgada na nota 5.2 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos).

(e) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e *status* (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25/IAS 37.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas detêm R\$110.749 (R\$72.438 em 31 de dezembro de 2011) em provisões para contingências, dos quais R\$103.822 (R\$67.804 em 31 de dezembro de 2011) correspondem a questionamento sobre incidência da contribuição previdenciária (INSS) sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC 84/96 e, após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição, conforme destacado na nota 18.1.

5. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os riscos: de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de seguros e de flutuação dos custos odontológicos, do mercado de atuação (concorrência) e de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

As políticas e estratégias são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria que foi criado e instalado em 26 de março de 2010, por definição do Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia. O mandato dos membros do Comitê é de 1 ano, sendo que o atual tem vigência até 26 de abril de 2013.

5.1 Fatores de risco financeiro

5.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Em seu mercado de atuação e situação patrimonial, o risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia e de suas controladas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 159/07 e RN 206/09, da ANS, alteradas pelas RNs 208/09 e 290/12 para a garantia das provisões técnicas. A carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico. Pelo fato da Companhia não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza diretamente operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme demonstrada na nota 7, totalizavam R\$213.512 (R\$199.799 em 31 de dezembro de 2011), dos quais 92,5% (92,4% em 31 de dezembro de 2011) dos recursos estão aplicados em fundos de investimentos. Tais fundos, em sua maioria exclusivos, são impactados pelas variações na taxa de remuneração de títulos públicos do tesouro nacional (LTN, NTN e LFT).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa selic, conforme destacado no quadro a seguir:

_				Consolidado			
		31 de dez					
_		Fundos de	Títulos públicos	_			
_	CDBs	investimentos	federais	Total			
Aplicações	16.055	7.922	189.535	213.512			
Selic	7,25% a.a.	7,25% a.a.	7,25% a.a.	7,25% a.a.			
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:							
Provável	1.164	574	13.741	15.479			
Queda 25%	873	431	10.306	11.610			
Queda 50%	582	287	6.871	7.740			
Elevação 25%	1.455	718	17.176	19.349			
Elevação 50%	1.746	861	20.612	23.219			

(a) distribuição das aplicações em CDBs junto às instituições financeiras, bem como a classificação destas junto às agências de crédito:

				Consolidado			F	Ratings das ir	nstituições fi	nanceiras
	31 de dezembro	Rendimento médio - %	31 de dezembro	Rendimento médio - %		Fitch		Moody's		S&P
	de 2012	do CDI	de 2011	do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Bradesco S.A.	2.817	100,8%	267	98,8%	F1+ (bra)	AAA (bra)	BR-1	Aaa.br	brA-1	brAAA
Banco Industrial e Comercial S.A.	628	105,0%	603	105,0%	F1 (bra)	A+ (bra)	BR-1	Aa1.br	-	brAAA
Banco Panamericano S.A.	48	104,0%	2.476	104,5%	F1+ (bra)	AA- (bra)	BR-1	A1.br	-	-
Banco Santander Brasil S.A.	4.144	100,5%	4.060	100,3%	F1+ (bra)	AAA (bra)	BR-1	Aaa.br	brA-1	brAAA
Banco Votorantim S.A.	8.418	104,5%	7.851	104,3%	F1+ (bra)	AA+ (bra)	BR-1	Aaa.br	brA-1	brAAA
	16.055	•	15.257							

(b) composição da carteira do fundo exclusivo "Bradesco - Fundo de Investimento Renda Fixa OdontoPrev":

Descrição			
•	Emissão	Vencimento	Mercado
Nota do Tesouro Nacional - NTN	10/11/2010	15/08/2016	74.456
Letras Financeira do Tesouro - LFT	09/01/2009	07/09/2013	13.619
Letras Financeira do Tesouro - LFT	01/07/2000	07/03/2014	34.322
Letras Financeira do Tesouro - LFT	09/05/2008	07/09/2014	20.779
Letras Financeira do Tesouro - LFT	06/03/2009	07/03/2015	10.897
Letras Financeira do Tesouro - LFT	03/07/2009	07/09/2015	5.448
Letras Financeira do Tesouro - LFT	15/07/2011	01/03/2018	8.174
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22/12/2010	01/01/2015	1.119
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22/12/2010	01/01/2015	172
Letras do Tesouro Nacional - LTN	06/01/2012	01/01/2016	15.762
Nota do Tesouro Nacional - NTN	14/01/2009	15/08/2014	226
Nota do Tesouro Nacional - NTN	10/11/2010	15/08/2016	3.021
Nota do Tesouro Nacional - NTN	10/11/2010	15/08/2016	1.540
			189.535
	Letras Financeira do Tesouro - LFT Letras do Tesouro Nacional - LTN Letras do Tesouro Nacional - LTN Letras do Tesouro Nacional - LTN Nota do Tesouro Nacional - NTN Nota do Tesouro Nacional - NTN	Letras Financeira do Tesouro - LFT 09/01/2009 Letras Financeira do Tesouro - LFT 01/07/2000 Letras Financeira do Tesouro - LFT 09/05/2008 Letras Financeira do Tesouro - LFT 06/03/2009 Letras Financeira do Tesouro - LFT 03/07/2009 Letras Financeira do Tesouro - LFT 15/07/2011 Letras do Tesouro Nacional - LTN 22/12/2010 Letras do Tesouro Nacional - LTN 22/12/2010 Letras do Tesouro Nacional - LTN 06/01/2012 Nota do Tesouro Nacional - NTN 14/01/2009 Nota do Tesouro Nacional - NTN 10/11/2010	Letras Financeira do Tesouro - LFT 09/01/2009 07/09/2013 Letras Financeira do Tesouro - LFT 01/07/2000 07/03/2014 Letras Financeira do Tesouro - LFT 09/05/2008 07/09/2014 Letras Financeira do Tesouro - LFT 06/03/2009 07/03/2015 Letras Financeira do Tesouro - LFT 03/07/2009 07/09/2015 Letras Financeira do Tesouro - LFT 15/07/2011 01/03/2018 Letras do Tesouro Nacional - LTN 22/12/2010 01/01/2015 Letras do Tesouro Nacional - LTN 22/12/2010 01/01/2015 Letras do Tesouro Nacional - LTN 06/01/2012 01/01/2016 Nota do Tesouro Nacional - NTN 14/01/2009 15/08/2014 Nota do Tesouro Nacional - NTN 10/11/2010 15/08/2016

De acordo com o CPC 36 (R3)/IFRS10 efetuamos a consolidação do fundo exclusivo "Bradesco – Fundo de Investimento Renda Fixa OdontoPrev" em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011 também foi consolidado para fins de comparação).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos estão representados por contratos de mercado futuro de taxa de juros (DI1) demonstrados ao seu valor de mercado, os quais são integrantes da carteira do fundo exclusivo e são utilizados com o objetivo de cobrir exposições ao risco de taxa de juros prefixada, passando-as para taxa de juros pós-fixada (CDI). Em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$7.

5.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas não receberem os valores decorrentes das contraprestações e serviços vencidos. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Através de controles internos adequados, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota 2.6.5.

A Companhia não tem cliente que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. Na nota 20 apresentamos a margem de contribuição e os principais ativos por segmento operacional, sendo o de planos coletivos pré-pagos o mais representativo.

5.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e das suas controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade mensal em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria no início de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada e corretores, principais fornecedores, transcorrem ao longo do mês.

5.2 Risco de seguro e risco de flutuação dos custos odontológicos

Em 31 de dezembro de 2012 contava com 5.975.854 beneficiários (5.533.353 em 31 de dezembro de 2011) e uma rede credenciada de aproximadamente 25.000 cirurgiões-dentistas, presente em todo país.

O modelo de negócio da OdontoPrev é baseado na cobrança de mensalidades aos clientes, em contratos de médio e longo prazo, e está exposto a um baixo risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, tendo em vista que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização dos serviços prestados junto à rede credenciada, e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

A OdontoPrev opera com mais de 100 planos odontológicos diferentes registrados na ANS que, juntamente com os planos odontológicos cujo registro é feito pelas operadoras de planos médico-hospitalares que atuam em conjunto com a Companhia, representam uma ampla gama de opções. Constantemente são desenvolvidos novos planos odontológicos e, para estruturá-los, são levados em consideração os fatores descritos abaixo:

Modelo de risco: implica em determinar quem arca com o custo do tratamento odontológico durante a vida do contrato, e classificam-se em pré-pagos ou pós-pagos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo do tratamento odontológico pode ser suportado pela Companhia, pelo cliente ou compartilhado por ambos, de diversas formas. Quando a OdontoPrev arca total ou parcialmente com esse custo, a taxa mensal *per capita* embute a previsão atuarial desses, bem como as demais despesas administrativas e comerciais (prépagos). Quando o cliente arca com o referido custo, a taxa mensal *per capita* cobrada inclui apenas as despesas administrativas e comerciais, sendo os honorários dos cirurgiões-dentistas repassados diretamente ao cliente (pós-pagos).

O modelo de risco pré-pago tem sido a opção da grande maioria dos clientes, tendo em vista o claro benefício em diluir seu risco individual. Este tipo de modelo é mais previsível para o cliente, evitando oscilações não desejadas de custo ao longo do contrato, e é de mais fácil gestão. Na nota 20 - segmentos operacionais, destacamos a margem de contribuição e composição dos principais ativos dos produtos comercializados pela Companhia.

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência odontológica contratada: (i) se em rede credenciada; (ii) se no cirurgião-dentista de sua livre escolha; ou (iii) se em unidades próprias de atendimento. Na rede credenciada o beneficiário recebe os serviços odontológicos de que necessita, dentro da cobertura a que tem direito, sem qualquer desembolso adicional, além de contar com a plena atuação dos sistemas de controle de qualidade e seleção dos profissionais. No sistema de livre escolha de profissionais, o beneficiário é atendido pelo profissional de sua preferência. O beneficiário deve efetuar o pagamento diretamente a este e, posteriormente, solicitar o reembolso dos valores gastos, nos limites de seu contrato. Quando a opção se dá pelo atendimento em unidades próprias, duas modalidades são possíveis: o plano odontológico propriamente dito, denominado pela ANS de segmento odontológico próprio, ou a locação de consultórios odontológicos exclusivos dentro do cliente. No primeiro modelo, ocorre a definição de uma cobertura determinada e o pagamento pelo beneficiário de uma taxa mensal *per capita*. No segundo modelo, ocorre simplesmente o pagamento de um valor fixo por consultório, sem definição de cobertura, designação de beneficiários ou taxa *per capita*.

Modelo de adesão: determina se o grupo de beneficiários será vinculado de forma integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano, e como se dará o pagamento da taxa mensal *per capita*, ou seja, se será totalmente custeado pelo cliente (empregador, associação, etc.), totalmente custeado pelo beneficiário, ou rateado por ambos, em diversas proporções.

Coberturas: é o conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano odontológico contratado. A regulamentação vigente determina uma cobertura odontológica mínima, definida pela ANS.

A cobertura mais comercializada por nós é a do plano integral, que é superior à do plano odontológico mínimo, mas que não inclui as especialidades prótese, ortodontia e implantes.

Fatores moderadores de utilização: regras de uso e acesso aos serviços odontológicos cobertos, os quais contribuem na definição do custeio desses serviços e evitam o uso predatório e abusivo do sistema. Os principais tipos empregados são: (i) co-participação, que consiste no pagamento pelo próprio beneficiário de uma parte do valor dos tratamentos efetivamente recebidos; (ii) carências, que consistem em períodos nos quais o beneficiário não poderá utilizar-se dos serviços cobertos por seu plano; e (iii) franquias, que consistem em patamares de valor por evento de tratamento odontológico de responsabilidade exclusiva dos beneficiários até o limite da franquia, a partir dos quais se inicia a cobertura efetiva do plano.

Os fatores moderadores estão presentes em diversas estruturas de planos odontológicos, sobretudo nos planos por adesão e para clientes individuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Honorários: são consideradas remunerações diferenciadas para os profissionais da nossa rede credenciada, bem como diversos patamares de reembolso de livre escolha.

Adicionalmente ao risco de seguros, o **risco de flutuação dos custos odontológicos** também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos. Tais custos podem ser acrescidos em decorrência do volume de utilização, legislação e maiores valores de materiais odontológicos.

Para controle destes a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, através de imagens e de análise do prontuário eletrônico do associado, monitorando assim os custos odontológicos por cliente.

Os contratos, de forma geral, possuem prazo médio de 24 meses, originalmente com cláusula de rescisão com aviso prévio de 90 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas (ou seja, custo de serviços dividido pela receita de vendas) e reajuste pela inflação conforme índice negociado com cada cliente.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos visando minimizar os riscos, bem como a manutenção do equilíbrio financeiro destes. Todos os procedimentos mencionados acima procuram minimizar eventuais perdas ou redução de margem de contribuição. Atualmente, é admitido que um índice de sinistralidade de até 60% permita uma margem capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia.

No período findo em 31 de dezembro de 2012, conforme dados constantes das notas 3 e 20, o índice de sinistralidade consolidado foi de 50.8% e a margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização divido pela receita de vendas) de 39.9%. Se o índice fosse de 60%, a margem de contribuição passaria para 30.7%, uma redução de 9.2~p.p., equivalente a R\$87.762. E, no caso de redução do índice de sinistralidade para 40%, a margem de contribuição passaria para 50.7%, um acréscimo de 10.8~p.p., equivalente a R\$103.335.

5.3 Risco operacional - mercado de atuação (concorrência)

A Companhia opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo empresas do setor de assistência à saúde, principalmente as operadoras de seguro saúde, de planos médicos hospitalares, cooperativas odontológicas, entidades filantrópicas e operadoras exclusivamente odontológicas.

A OdontoPrev possui uma estratégia de comercialização diversificada, a qual possibilita comercializar seus produtos a uma faixa maior de grupos em potencial e de maneira mais eficiente, bem como os nossos diversos canais de distribuição nos proporcionam flexibilidade para satisfazer as necessidades de todo o espectro de clientes. Comercializa planos odontológicos a empresas, associações e individuais por meio de:

- equipe interna de vendas, que atua em âmbito nacional;
- rede de corretores independentes;
- alianças comerciais com planos médico-hospitalares;
- canais de distribuição do Banco Bradesco e da Bradesco Seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos são: (i) desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços; (ii) falta de alternativa do sistema público; (iii) crescente penetração dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas; (iv) oportunidades representadas pelo crescente interesse de novos canais de distribuição; (v) regulamentação.

5.4 Risco de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pela ANS. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Companhia mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Companhia manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Na nota 14 – Recursos próprios mínimos e provisões técnicas são descritas as regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e margem de solvência, conforme definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Numerário e depósitos a vista em instituições financeiras	39	46	126	117
Depósitos a curto prazo	3.452	7.176	4.292	7.935
	3.491	7.222	4.418	8.052

7. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)

As aplicações financeiras, classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, em sua maioria, possuem liquidez imediata e estão assim compostas:

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Certificados de depósitos bancários - CDBs	15.580	14.580	16.055	15.257
Fundos de investimentos	4.153	3.892	7.922	7.433
Títulos públicos federais	179.928	164.977	189.535	177.109
	199.661	183.449	213.512	199.799

CDBs: referem-se a títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária. Na nota 5.1.1 (a) destacamos as instituições financeiras nas quais a Companhia e suas controladas mantêm aplicações em CDB.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundos de investimentos: os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos públicos federais: referem-se a fundo exclusivo, o qual é administrado pelo Banco Bradesco e tem a gestão da carteira exercida pelo Bradesco *Asset Management*, em condições de mercado.

Uma parcela do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$65.249 (R\$60.394 em 31 de dezembro de 2011) pela Companhia e R\$68.730 (R\$63.657 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado está vinculada à ANS para garantia das provisões técnicas, de acordo com a RN 206/09, alterada pelas RNs 208/09 e 290/12.

Composição da carteira de investimentos quanto aos prazos de vencimentos originais:

					Companhia
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósito bancário - CDBs	-	4.712	48	10.820	15.580
Fundos de investimentos	4.153	-	-	-	4.153
Títulos públicos federais	-	-	13.620	166.308	179.928
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.153	4.712	13.668	177.128	199.661
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.892	3.029	7.430	169.098	183.449
					Consolidado
	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Certificados de depósito bancário - CDBs	-	5.187	48	10.820	16.055
Fundos de investimentos	7.922	-	-	-	7.922
Títulos públicos federais	-	-	13.620	175.915	189.535
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.922	5.187	13.668	186.735	213.512
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7.433	3.029	7.430	181.907	199.799

As aplicações em CDB são classificadas no ativo circulante, independente de seus prazos de vencimento, tendo em vista a garantia de liquidez diária integral oferecida pela contraparte ou por possuir carência de até 12 meses e também por estarem classificados como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

8. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (empréstimos e recebíveis - clientes)

Correspondem aos valores a receber de pessoas físicas e jurídicas, como segue:

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Faturas a receber	119.815	105.595	125.345	111.212
Notas de débito	1.483	600	1.483	600
Provisão para perdas sobre créditos	(25.844)	(22.234)	(26.523)	(23.240)
Subtotal	95.454	83.961	100.305	88.572
Faturamento antecipado	(78.159)	(71.148)	(81.521)	(74.167)
	17.295	12.813	18.784	14.405

Faturamento antecipado: refere-se aos faturamentos emitidos, cujo período de competência ocorre em meses subsequentes ao da emissão.

As composições de créditos de operações com planos de assistência à saúde por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, da Companhia e do Consolidado, estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Companhia
	A vencer			Vencidas	
	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Faturas e notas de débito a receber	78.416	16.125	10.614	16.143	121.298
Provisão para perdas sobre créditos	(5.102)	(1.049)	(3.550)	(16.143)	(25.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	73.314	15.076	7.064		95.454
Saldo em 31 de dezembro de 2011	69.120	9.053	5.788		83.961

					Consolidado	
	A vencer			Vencidas		
	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	Acima de 90 dias	Total	
Faturas e notas de débito a receber	82.908	16.452	10.741	16.727	126.828	
Provisão para perdas sobre créditos	(5.102)	(1.049)	(3.645)	(16.727)	(26.523)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	77.806	15.403	7.096		100.305	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	73.432	9.343	5.797		88.572	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	73.432	9.343	5.797		88.572	

O saldo de contraprestações a receber de clientes, líquidas é composto conforme demonstrativo a seguir:

		Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	
Faturas a receber	119.815	105.595	125.345	111.212	
Notas de débito	1.483	600	1.483	600	
Faturamento antecipado	(78.159)	(71.148)	(81.521)	(74.167)	
(=) Contraprestações pecuniárias a receber	43.139	35.047	45.307	37.645	
Provisão para perdas sobre créditos	(25.844)	(22.234)	(26.523)	(23.240)	
(=) Créditos de operações com planos de assitência a saúde	17.295	12.813	18.784	14.405	
Adiantamentos de clientes	(3.022)	(3.976)	(3.043)	(3.993)	
(=) Contraprestações a receber de clientes, líquidas	14.273	8.837	15.741	10.412	

A movimentação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestações a receber é demonstrada na tabela a seguir:

		Companhia	Consolidado			
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Saldo no início do período	(22.234)	(17.135)	(23.240)	(17.530)		
Reversões (provisões) constituídas no período, líquidas	(22.744)	(18.784)	(22.566)	(19.454)		
Perdas com clientes	19.134	13.685	19.283	13.744		
Saldo no fim do período	(25.844)	(22.234)	(26.523)	(23.240)		

As perdas com clientes foram registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado. Valores que são provisionados como perda para *impairment* são geralmente baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro; isto ocorre geralmente com 180 dias.

As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

9. Tributos correntes a recuperar

	Companhia		Consolidado
31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
30.965	29.532	38.455	36.318
11.127	10.504	12.953	11.906
686	606	1.248	1.184
531	452	2.704	1.886
43.309	41.094	55.360	51.294
	30.965 11.127 686 531	31 de dezembro de 2012 31 de dezembro de 2011 30.965 29.532 11.127 10.504 686 606 531 452	31 de dezembro de 2012 31 de dezembro de 2011 31 de dezembro de 2012 30.965 29.532 38.455 11.127 10.504 12.953 686 606 1.248 531 452 2.704

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Realizável a longo prazo

10.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se, basicamente, aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias cuja realização seja provável, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia e suas controladas constituem IRPJ e CSLL sobre todas diferenças temporárias ativas.

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda diferido	89.934	104.301	90.755	105.173
Contribuição social diferida	32.376	37.549	32.672	37.862
	122.310	141.850	123.427	143.035

		Companhia	Consolidado			
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Provisão para perdas sobre créditos	8.787	7.734	9.062	7.948		
Provisões para contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	36.609	23.894	36.782	24.128		
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	-	-	-	281		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Incorporadas	72.655	102.946	72.655	102.946		
Outras provisões	4.259	7.276	4.928	7.732		
	122.310	141.850	123.427	143.035		
A ser recuperado até 12 meses	41.861	41.307	42.805	42.076		
A ser recuperado após 12 meses	80.449	100.543	80.622	100.959		

A Companhia registrou ativo fiscal diferido sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente de controladas incorporadas. Tal benefício fiscal está registrado em conformidade com as normas contábeis vigentes CPC 32/IAS 12 e está embasado no futuro aproveitamento fiscal gerado no curso ordinário dos negócios da OdontoPrev.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados no ativo realizável a longo prazo, possuem a contrapartida em contas do resultado "imposto de renda diferido" e "contribuição social diferida".

						Companhia
		Provisões para				
		contigências	Provisão de			
	Provisão para	fiscais,	eventos/sinistros	Ágio por expectativa		
	perdas sobre	previdenciárias,	ocorridos mas não	de rentabilidade		
Ativo de imposto diferido	crédito	trabalhistas e cíveis	avisados (PEONA)	futura - Incorporada	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2011	7.734	23.894	-	102.946	7.276	141.850
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	1.053	12.715	-	(30.291)	(3.017)	(19.540)
Em 31 de dezembro de 2012	8.787	36.609	-	72.655	4.259	122.310

						Consolidado
		Provisões para				
		contigências	Provisão de			
	Provisão para	fiscais,	eventos/sinistros	Ágio por expectativa		
	perdas sobre	previdenciárias,	ocorridos mas não	de rentabilidade		
Ativo de imposto diferido	crédito	trabalhistas e cíveis	avisados (PEONA)	futura - Incorporada	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2011	7.948	24.128	281	102.946	7.732	143.035
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	1.114	12.654	-	(30.291)	(2.804)	(19.327)
Debitado diretamente ao patrimônio	-	-	(281)	-	-	(281)
Em 31 de dezembro de 2012	9.062	36.782	-	72.655	4.928	123.427

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Depósitos judiciais

Referem-se, basicamente, a depósitos de processos judiciais relativos a cobrança do INSS sobre autônomos e a majoração de alíquota da COFINS, conforme quadro a seguir:

		Companhia	Consolidado				
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011			
Fiscais	691	424	2.975	2.709			
COFINS	-	-	2.235	2.235			
Outros	691	424	740	474			
Previdenciárias e trabalhistas	33.476	31.241	33.684	31.393			
INSS	33.313	31.172	33.313	31.172			
Outros	163	69	371	221			
Cíveis	397	253	401	253			
	34.564	31.918	37.060	34.355			

10.3 Outros créditos a receber

		Companhia		Consolidado	
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	
DentalCorp	1.057	1.016	1.057	1.016	
Rede Dental	-	928	-	928	
Care Plus/Biodent	449	460	449	460	
Sepao	107	337	107	337	
Prontodente	41	76	41	76	
OdontoServ	169	313	169	313	
	1.823	3.130	1.823	3.130	

Conforme nota 13.2, a Companhia teve aprovada pela ANS a aquisição do controle societário das empresas acima demonstradas. Desta forma, foram revisados os procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas utilizados por aquelas Sociedades, sendo identificados casos que envolvem potenciais riscos. O montante identificado acima tem como contrapartida o valor registrado na rubrica "outras exigibilidades", nota 18.2.

De acordo com o previsto nos Instrumentos Particulares de Outorga de Opção de Compra de Cotas e Outras Avenças, firmado entre os antigos sócios dessas empresas e a Companhia, esses sócios, em determinadas circunstâncias, garantem o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia seja obrigada a efetuar. Os montantes registrados em outros créditos encontram-se garantidos em aplicações efetuadas em fundos de investimentos e CDBs em nome dos antigos sócios e somente poderão movimentar estas aplicações com autorização da Companhia, minimizando assim qualquer risco de crédito relativo a operação de aquisição do controle societário das empresas mencionadas.

11. Investimentos

		Companhia		Consolidado		
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011		
Participações em controladas - rede odontológica	18.667	21.874	-	-		
Participações em controladas - outras	7.502	5.612	-	-		
Outras participações societárias	432	499	1.030	438		
	26.601	27.985	1.030	438		

As participações em controladas são classificadas como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

							ncia patrimonial Saldo de investime		nvestimentos
Controladas	Capital Social	Quantidade de cotas/ações possuidas	Participação (%)	Lucro (prejuízo) do período	Patrimônio Iíquido	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Clidec	8.290	8.290	99,9	666	11.244	666	386	11.244	10.577
Rede Dental	1.162	1.162	99,9	4.356	7.054	4.356	4.447	7.054	10.698
Adcon	43	43	99,9	(282)	370	(230)	(21)	369	599
		Participações er	n controladas -	rede odontológic	ca	4.792	4.812	18.667	21.874
OdontoPrev Serviços	2.278	2.278	99,9	1.891	7.466	1.890	846	7.502	5.612
	Participações em controladas - outras					1.890	846	7.502	5.612
		Participações er	n controladas		6.682	5.658	26.169	27.486	

Em 31 de dezembro de 2012, a equivalência patrimonial totalizou R\$5.975 (R\$4.787 em 31 de dezembro de 2011), sendo que a despesa de R\$707 (R\$871 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a participação na coligada Odontored CV e G2D.

12. Imobilizado

	Equiptos. de computação	Veículos	Instalações	Máquinas e equiptos.	Móveis e utensílios	Equiptos. de comunicação	Equiptos.	Total de bens móveis	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total de outras imobilizações	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	2.334	368	160	343	1.810	199	67	5.281	1.474	2.669	4.143	9.424
Aquisições	690	242	-	269	32	3	1	1.237	77	1.072	1.149	2.386
Transferência para intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.658)	(2.658)	(2.658)
Depreciações	(917)	(182)	(34)	(92)	(277)	(46)	(12)	(1.560)	(418)		(418)	(1.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.107	428	126	520	1.565	156	56	4.958	1.133	1.083	2.216	7.174
Custo de aquisição	7.345	1.362	539	1.034	3.250	763	456	14.749	4.673	1.083	5.756	20.505
Depreciações acumuladas	(5.238)	(934)	(413)	(514)	(1.685)	(607)	(400)	(9.791)	(3.540)	-	(3.540)	(13.331)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	2.107	428	126	520	1.565	156	56	4.958	1.133	1.083	2.216	7.174
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10		20	_		-

												Consolidado
	Equiptos. de computação	Veículos	Instalações	Máquinas e equiptos.	Móveis e utensílios	Equiptos. de comunicação	Equiptos.	Total de bens móveis	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total de outras imobilizações	Total
Valor residual em 31 de											· ·	
dezembro de 2011	2.447	369	291	399	2.195	205	585	6.491	1.735	2.668	4.403	10.894
Aquisições e (baixas)	703	242	-	300	85	(1)	150	1.479	184	1.990	2.174	3.653
Transferência para												
intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.662)	(2.662)	(2.662)
Depreciações	(933)	(182)	(51)	(107)	(348)	(45)	(126)	(1.792)	(504)		(504)	(2.296)
Saldo em 31 de												
dezembro de 2012	2.217	429	240	592	1.932	159	609	6.178	1.415	1.996	3.411	9.589
Custo de aquisição	7.912	1.395	1.945	1.212	4.016	771	2.019	19.270	5.836	1.996	7.832	27.102
Depreciações acumuladas	(5.695)	(966)	(1.705)	(620)	(2.084)	(612)	(1.410)	(13.092)	(4.421)	-	(4.421)	(17.513)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	2.217	429	240		1.932	159	609	6.178	1.415	1.996	3.411	9.589
Taxa anual de												
depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10	-	20	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

13.1 Ágio na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente pelo prazo de 5 anos. A partir dessa data, deixaram de ser amortizados, passando a ser avaliados anualmente por testes de recuperabilidade (*impairment*).

13.2 Teste do ágio para verificação de impairment

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis. É alocado às unidades de negócio (UN) para fins de teste de *impairment*, as quais se beneficiam da combinação de negócios que originou o ágio, conforme destacado no quadro a seguir:

								31 de dezembro
	Dados históricos rela	tivos a aquisição e	e/ou aprovação			31 de dez	embro de 2012	de 2011
			Valor	_				
	Data	Valor total	patrimonial	Data da incorporação	Ágio	Amortização ¹	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental	18 de outubro de 2009	723.392	313.752	01 de julho de 2010	409.640	-	409.640	409.640
OdontoServ	27 de fevereiro de 2009	30.841	10.025	01 de dezembro de 2009	20.816	-	20.816	20.816
Prontodente	22 de dezembro de 2008	5.445	(235)	01 de dezembro de 2009	5.680	-	5.680	5.680
Sepao	24 de outubro de 2008	9.203	82	01 de dezembro de 2009	9.121	(303)	8.818	8.818
SRJSPE	26 de junho de 2008	13.720	(130)	01 de dezembro de 2008	13.850	(1.616)	12.234	12.234
Care Plus	19 de junho de 2008	13.113	(230)	01 de dezembro de 2008	13.343	(1.563)	11.780	11.780
Biodent	19 de junho de 2008	2.837	98	01 de dezembro de 2008	2.739	(319)	2.420	2.420
Rede Dental	08 de outubro de 2007	7.584	(119)	não incorporada	7.703	(1.544)	6.159	6.159
DentalCorp	09 de fevereiro de 2007	25.244	386	03 de março de 2008	24.858	(9.529)	15.329	15.329
Total da Companhia		831.379	323.629		507.750	(14.874)	492.876	492.876
Easy	08 de julho de 2008	3.100	456	não incorporada	2.644	(265)	2.379	2.379
G2D²	09 de agosto de 2012	750	416	não incorporada	334	-	334	-
Total do Consolidado	-	835.229	324.501	-	510.728	(15.139)	495.589	495.255

¹ Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

O teste de *impairment* do ágio é aplicado no mínimo anualmente, tendo o último sido realizado em 31 de dezembro de 2012. Neste teste foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado baseada na natureza da unidade geradora de caixa avaliada, na existência de controle financeiro e operacional histórico da UN, na disponibilidade de projeções financeiras e em discussões com a Administração. Não foram identificados indícios de *impairment* para estes ativos, desta forma, concluímos não ser necessária constituição de provisão para perda.

A seguir relacionamos as premissas utilizadas para realização do teste de impairment.

Período de apuração: 7 anos, sendo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2019 e perpetuidade

Moeda de projeção: R\$ em termos nominais, considerando o efeito inflacionário

Taxa de desconto: 14,0% de acordo com a metodologia WACC¹

Taxa de crescimento na perpetuidade: inflação projetada de 5%, sem crescimento real

Taxa de crescimento na perpetuidade: inflação projetada de 5%, sem crescime Premissas macroeconômicas: Descrição 2013P 201

Descrição	2013P	2014P	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P
Crescimento do PIB	3,35%	3,77%	3,88%	3,83%	3,83%	3,85%	3,83%
Inflação - IPCA	5,48%	5,38%	5,07%	4,93%	5,13%	5,04%	5,03%
Câmbio (BRL/USD)	2,07	2,02	2,05	2,09	2,16	2,22	2,29

¹ WACC - Weighted Average Cost of Capital = custo médio ponderado do capital

² Empresa coligada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.3 Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de software e outros

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Desenvolvimento de sistemas (i)	15.303	8.139	15.458	8.139
Licenças de uso de software (i)	7.575	5.278	9.018	6.704
Ativos intangíveis - OdontoServ (ii)	9.779	9.792	9.779	9.792
Outros	-	5	19	26
Amortizações acumuladas	(15.060)	(12.153)	(15.535)	(12.610)
	17.597	11.061	18.739	12.051

O período de amortização dos intangíveis com vida útil definida é de: (i) desenvolvimento de sistemas e licença de uso de *software*, prazo de 60 meses; (ii) ativos intangíveis provenientes da OdontoServ, são amortizados linearmente conforme período de vida útil suportado por laudo de avaliação (marca por 120 meses; carteira de clientes por 36 meses e não competitividade por 60 meses).

13.4 Movimentação do ativo intangível

				Consolidado
_		Desenvolvimento de		
	Ágio na aquisição de	sistemas e licença de uso	Despesas de	
_	investimentos	de software e outros	comercialização diferidas	Total
Custo	510.394	24.661	29.526	564.581
Amortização e impairment acumulados	(15.139)	(12.610)	(20.311)	(48.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	495.255	12.051	9.215	516.521
Adições	334	6.953	16.878	24.165
Transferência do imobilizado, líquida de amortização	-	2.662	-	2.662
Amortizações	-	(2.927)	(17.805)	(20.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	495.589	18.739	8.288	522.616
Custo	510.728	34.274	46.404	591.406
Amortização e impairment acumulados	(15.139)	(15.535)	(38.116)	(68.790)
Saldo contábil, líquido	495.589	18.739	8.288	522.616

14. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas - Companhia

A ANS publicou em 22 de dezembro de 2009 a RN 209, alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 247/11 e 313/12, que estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo. As principais definições aplicáveis às operadoras de planos odontológicos são:

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital base de R\$5.871. O patrimônio mínimo requerido por esta regra é de R\$28, sendo o patrimônio líquido ajustado da Companhia R\$330.636 em 31 de dezembro de 2012 (R\$316.594 em 31 de dezembro de 2011).
- (b) A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações, ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos, dos dois o maior. Em 31 de dezembro de 2012 a margem de solvência apurada foi de R\$190.913 (R\$165.195 em 31 de dezembro de 2011) com base nas contraprestações.
- (c) A partir de 01 de janeiro de 2011, a PEONA é obrigatória para operadoras com mais de 20.000 beneficiários. Até que haja aprovação da NTA as operadoras deverão constituir valores mínimos de PEONA observando o maior entre 9,5% do total de contraprestações e 12% do total de eventos indenizáveis nos últimos 12 meses

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na modalidade de preço preestabelecido. Deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 1/36 do valor calculado.

A Companhia tem protocolado junto à ANS, desde 2010, sendo o último procolo datado de 14 de novembro de 2012, ofício apresentando NTA contendo metodologia de cálculo para constituição de PEONA. Enquanto aguarda a aprovação por parte da ANS, registrou montante calculado com base na orientação da ANS, destacada acima, no passivo circulante em "provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados".

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui saldo de provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados no valor de R\$59.773 (R\$44.270 em 31 de dezembro de 2011) e Consolidado de R\$61.276 (R\$44.947 em 31 de dezembro de 2011).

(d) Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar" no grupo "provisões técnicas de operações de assistência odontológica" de acordo com a IN 46/11, revogada pela RN 290/12. O saldo em 31 de dezembro de 2012 da Companhia corresponde a R\$16.928 (R\$5.010 em 31 de dezembro de 2011). No consolidado, o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$17.888 (R\$5.929 em 31 de dezembro de 2011).

Conforme CPC 11/IFRS 4 parágrafo 37 destacamos a seguir a movimentação das provisões relativas a eventos (passivos de seguros):

	Companhia	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	49.280	50.876
Eventos avisados/incorridos no período	416.868	426.859
Eventos pagos	(404.950)	(414.074)
Constituição da provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	15.503	15.503
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.701	79.164
Provisão de eventos/sinistros a liquidar	16.928	17.888
Provisão de eventos/sinistros ocorridos mas não avisados (PEONA)	59.773	61.276
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76.701	79.164

15. Obrigações fiscais (tributos e contribuições a recolher)

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Obrigações fiscais federais	47.318	40.044	51.667	43.937
IRPJ	31.721	24.550	34.202	26.862
CSLL	11.725	9.089	12.647	9.959
COFINS	1.103	1.232	1.611	1.572
PIS	578	964	692	1.038
IRRF	1.857	3.884	2.138	4.142
Outras	334	325	377	364
Obrigações fiscais estaduais	-	-	47	13
Obrigações fiscais municipais	1.136	1.239	1.464	1.580
	48.454	41.283	53.178	45.530

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.	Fornecedores				
			Companhia		Consolidado
		31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
	Comissões a pagar	4.391	4.345	4.418	4.365
	Fornecedores de bens e serviços	4.628	5.078	4.498	5.329
		9.019	9.423	8.916	9.694

Comissões a pagar correspondem aos compromissos relacionados a prestadores de serviço de intermediação de planos, em sua maioria liquidados mensalmente.

Fornecedores de bens e serviços correspondem aos serviços diversos prestados relacionados a manutenção e funcionamento das atividades complementares da Companhia.

17. Outras contas a pagar

Inclui, principalmente, provisões diversas constituídas de acordo com gastos incorridos.

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisões diversas	5.947	12.600	6.873	12.600
Comissões	2.414	2.501	2.414	2.501
Suporte TI e atendimento	344	276	344	276
Telecomunicações	505	530	505	530
Serviços	1.216	1.307	1.397	1.307
Associações de classe	151	411	151	411
Locação	171	126	250	126
Material operacional	-	248	-	248
Viagens	300	313	320	313
Eventos indenizáveis e encargos	831	6.586	831	6.586
Investimentos a pagar	-	-	600	-
Outras provisões	15	302	61	302
Créditos a identificar	12.089	10.232	12.520	10.312
Outros	604	892	738	1.915
	18.640	23.724	20.131	24.827

18. Exigível a longo prazo

18.1 Provisões para contingências

A Administração da Companhia constitui provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, e considera que os valores provisionados na rubrica "provisões para contingências", no exigível a longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. Os valores relativos a perdas possíveis não provisionados, referentes a 333 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) e a 19 processos trabalhistas da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2012, totalizam o montante de R\$10.546 (R\$10.062 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais envolvendo, principalmente, contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas e cíveis, como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 20			
		Depósitos			Depósitos	
	Provisão	judiciais	Provisão líquida	Provisão	judiciais	Provisão líquida
Fiscais	2.523	(2.975)	(452)	1.769	(2.709)	(940)
Previdênciárias e trabalhistas	104.678	(33.684)	70.994	68.736	(31.393)	37.343
INSS	103.822	(33.313)	70.509	67.804	(31.172)	36.632
Outros	856	(371)	485	932	(221)	711
Cíveis	3.548	(401)	3.147	1.933	(253)	1.680
	110.749	(37.060)	73.689	72.438	(34.355)	38.083

					Consolidado
			31 de dez	embro de 2012	
		Previdenciário e			31 de dezembro de
Movimentações	Fiscal	trabalhista	Cíveis	Total	2011
Saldo inicial	1.769	68.736	1.933	72.438	41.249
Constituição	844	30.072	3.287	34.203	26.780
Baixas	(90)	(314)	(1.694)	(2.098)	(322)
Atualização monetária	-	6.184	22	6.206	4.731
Saldo final	2.523	104.678	3.548	110.749	72.438
		Quantidad	e de processos	134	120

(a) Fiscais:

O passivo relacionado às contingências fiscais em discussão judicial é mantido até o trânsito em julgado da ação (decisão definitiva sem que caiba mais recurso pelas partes).

A Companhia e sua controlada Clidec, através de ação judicial, pleitearam a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC 7/70, e não na forma preconizada pela Lei 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos com base na alíquota de 3%. No tocante à Companhia, houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS. Quanto à Clidec, igualmente houve êxito parcial no mesmo sentido, tendo sido solicitado levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o processo, estando no aguardo da decisão.

(b) Previdenciárias e trabalhistas:

(i) INSS

A Companhia e sua controlada Rede Dental discutem judicialmente a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, instituída inicialmente pela LC 84/96 e, após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição. Em agosto de 2010, foi determinada através de liminar a suspensão da exigibilidade da contribuição previdenciária, sem obrigatoriedade do depósito judicial, apenas provisionamento contábil. Vale mencionar que a Bradesco Dental já possuía processo judicial com o mesmo objeto, tendo realizado depósitos judiciais até julho de 2010, data da incorporação societária pela Companhia, oportunidade em que esta assumiu o polo ativo da referida demanda. Em dados consolidados, em 31 de dezembro de 2012, tais obrigações estão totalmente contabilizadas no montante de R\$103.822 (R\$67.804 em 31 de dezembro de 2011), para os quais foram realizados depósitos judiciais atualizados monetariamente de R\$33.313 (R\$31.172 em 31 de dezembro de 2011).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Outras

A Companhia e suas controladas são parte em ações de natureza trabalhista, sendo a grande maioria pedidos de reajuste salarial na forma prevista em convenção coletiva da qual o sindicato (Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo - SINOG), ao qual a Companhia e suas controladas são filiadas, não participou. Em 31 de dezembro de 2012 o montante total provisionado é de R\$856 (R\$932 em 31 de dezembro de 2011).

(c) Contingências cíveis:

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto, em sua grande maioria, é a indenização por danos materiais e morais, totalizando, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$3.548 (R\$1.933 em 31 de dezembro de 2011).

18.2 Outras exigibilidades

Refere-se a potenciais riscos identificados em *due dilligence* e estão garantidos por depósitos em contas vinculadas, conforme nota 10.3.

		Companhia		Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
DentalCorp	1.057	975	1.057	975
Rede Dental	-	928	-	928
Care Plus/Biodent	437	456	437	456
Sepao	107	337	107	337
Prontodente	41	76	41	76
OdontoServ	169	313	169	313
	1.811	3.085	1.811	3.085

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$506.557, dividido em 531.294.792 ações ordinárias (177.098.264 em 31 de dezembro de 2011, desconsiderando o desdobramento), sem valor nominal.

Conforme artigo 8º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 80.000.000 de ações, sem reforma estatutária.

Na AGE de 02 de abril de 2012 foi aprovado desdobramento das 177.098.264 ações ordinárias da Companhia, na proporção de 2 novas ações para cada 1 ação existente, sendo emitidas 354.196.528 novas ações ordinárias. Assim, cada 1 ação existente passou, a partir de 09 de abril de 2012, a ser representada por 3 ações, de forma que o capital social da Companhia, mantido o seu valor de R\$506.557, passou a ser dividido em 531.294.792 ações ordinárias.

A cotação de fechamento das ações da Companhia (ODPV3 - BM&FBOVESPA) em 31 de dezembro de 2012 correspondeu a R\$10,73 (R\$26,60 por ação em 31 de dezembro de 2011, desconsiderando o desdobramento). O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1,32 (R\$4,31 por ação em 31 de dezembro de 2011, desconsiderando o desdobramento).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2 Reservas de capital

As reservas de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são de R\$19.354 (R\$35.324 em 31 de dezembro de 2011), constituídas por:

		Companhia e Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Ágio na emissão de ações	48.392	48.392
Opções outorgadas	14.523	5.947
Outorga de opções de ações diferidas	(9.042)	(1.601)
Capital adicional integralizado	(34.339)	(17.414)
	19.534	35.324

Opções outorgadas: constituição do montante estimado da 4ª, 5ª e 6ª outorgas de opções, utilizando a metodologia de cálculo *black-scholes*.

Outorga de opções de ações diferidas: saldo da 4ª, 5ª e 6ª outorgas de opções a ser apropriado pelo período de *vesting.*

Capital adicional integralizado: montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo *black-scholes* e o montante de exercício da 1ª, 2ª e 3ª outorga de opções.

19.3 Reservas de lucros

As reservas de lucros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são de R\$173.922 (R\$220.725 em 31 de dezembro de 2011), constituídas por:

		Companhia e Consolidado
	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Reserva legal	36.447	29.169
Reserva estatutária	96.330	117.568
Reserva de incentivos fiscais	129	129
Dividendo adicional proposto	41.016	84.594
Ações em tesouraria		(10.735)
	173.922	220.725

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva estatutária: conforme Estatuto Social vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: i) abatimento de prejuízos, se houver; ii) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, iii) dividendo obrigatório mínimo de 50% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas, e iv) constituição de reserva estatutária (retenção de lucros), referente ao saldo remanescente, podendo ser deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos além dos dividendos obrigatórios.

Ações em tesouraria: em 26 de julho de 2012, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 1.928.280 ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear as opções de compra de ações da 4ª outorga de opções. Em 31 de dezembro de 2012

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tinhamos um saldo de 0 ações em tesouraria, após exercício de 2.220.108 ações, relativas a 3ª outorga, em maio e agosto de 2012.

Dividendo adicional proposto: conforme proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2012, esta sendo submetido à aprovação da AGO (a ser realizada em 02 de abril de 2013) o dividendo complementar de R\$41.016, acima do percentual de 50% previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório, sendo composto por R\$19.778 de parte do lucro líquido conforme destacado na nota 19.4 e R\$21.238 do saldo existente em reserva estatutária.

19.4 Lucros acumulados

Em atendimento ao CPC 26 (R1)/IAS 1 (R) demonstramos a movimentação da conta lucros acumulados de 31 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	-
Lucro líquido do excercício	145.566
Proposta de destinação do lucro:	(145.566)
Reserva legal	(7.278)
Juros sobre capital próprio (0,02789 por ação)	(14.761)
Juros sobre capital próprio (0,01735 por ação)	(9.216)
Juros sobre capital próprio (0,01631 por ação)	(8.667)
Dividendos intercalares (0,05221 por ação)	(27.625)
Dividendos intercalares (0,06161 por ação)	(32.735)
Dividendos intercalares (0,04801 por ação)	(25.506)
Dividendo adicional proposto	(19.778)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

19.5 Programa de outorga de opção de compra de ações

A AGE de 19 de abril de 2007 aprovou a criação de Plano de opção de compra de ações (Plano), nos termos do artigo 19 - XVIII do Estatuto Social, destinado aos empregados e Administradores da Companhia e de suas controladas. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, que terá poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. As opções outorgadas através do Plano ficam limitadas a 5% do capital total.

Abaixo relacionamos as seis outorgas do plano de opção de compra de ações concedidas de 2007 a 2012, as quais, em conjunto, representam 2,9% do capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2012:

								Outorgas
						Original	Após desdol	bramentos ²
				-		Valor da		Valor da
N°	Ano	Data da aprovação	Recomendação¹	Aprovação	Quantidade	opção	Quantidade ³	opção
1 ^a	2007	02 de agosto de 2007	Diretor Presidente	Conselho de Administração	221.859	44,85	2.662.308	3,74
2 ^a	2008	28 de fevereiro de 2008	Diretor Presidente	Conselho de Administração	353.494	32,42	4.241.928	2,70
3ª	2009	25 de março de 2009	Diretor Presidente	Conselho de Administração	255.002	17,60	3.060.024	1,47
4 ^a	2010	11 de agosto de 2010	Comitê Recursos Humanos	Conselho de Administração	698.707	12,93	2.096.121	4,31
5ª	2011	20 de setembro de 2011	Comitê Recursos Humanos	Conselho de Administração	583.815	20,87	1.751.445	6,96
6ª	2012	20 de setembro de 2012	Comitê Recursos Humanos	Conselho de Administração	1.609.097	8,22	1.609.097	8,22
				_	3.721.974	-	15.420.923	
						-		

¹ Nas seis outorgas o Diretor Presidente é voluntariamente não beneficiário.

² Desdobramentos de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012.

³ A quantidade total outorgada de 15.420.923 ações representam 2,9% do capital total de 531.294.792 ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O preço de exercício será corrigido monetariamente pelo IGP-M, índice de preços divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período entre a data de celebração dos contratos de opção e a data dos respectivos exercícios, deduzidas as remunerações efetuadas aos acionistas ocorridas no período.

As opções poderão ser exercidas a partir de 3 anos, contados da data de celebração do respectivo Instrumento de Outorga (período de *vesting*).

Respeitado o prazo máximo de 6 anos para o exercício e o período de cada exercício, os beneficiários poderão exercer as opções, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia. A notificação de exercício só será válida e eficaz se entregue para a Administração da Companhia com 1 mês de antecedência de cada Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, previstas no calendário de eventos corporativos, salvo se fixado outro prazo pelo Conselho de Administração, comunicado ao beneficiário com a devida antecedência.

Durante o prazo de 3 anos a contar da data de exercício da opção, os beneficiários não poderão vender e/ou ofertar à venda um número de ações calculado de acordo com a seguinte fórmula:

 $N = 0.5 \times Q \times (1 - Pe/Pm)$, onde:

- N = quantidade de ações retidas para venda após 3 (três) anos do exercício.
- Q = quantidade de opções disponíveis para exercício.
- Pm = preço de mercado da ação na data do exercício (cotação de fechamento do dia anterior).
- Pe = preço de exercício da opção.

O valor justo do benefício dos programas de outorga de opção de compra de ações constituídos foi estimado com base no modelo de valorização de opções *black-scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas médias ponderadas:

_					Ano de	e Outorga
	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Taxa livre de risco	3,4%	5,3%	6,0%	9,3%	11,4%	11,3%
Volatilidade anualizada esperada	36,1%	30,1%	26,6%	40,6%	24,3%	33,9%
Preço unitário de exercício da opção no momento da outorga	8,22	20,87	12,93	17,60	32,42	44,85
Preço unitário de exercício da opção no momento da outorga após split de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012	8,22	6,96	4,31	1,47	2,70	3,74
Valor justo unitário do benefício na data de outorga	5,01	13,23	7,00	14,17	19,72	20,18
Valor justo unitário do benefício na data de outorga após split de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012	5,01	4,41	2,33	1,18	1,64	1,68

O custo máximo, na data da outorga, de remuneração provenientes desses programas de outorga de compra de ações era de R\$35.731, conforme destacado na tabela a seguir que sumariza os programas de outorga de opção de compra de ações em 31 de dezembro de 2012:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			lr	Início do período		Cancelamentos	Opções exercidas			Final do período
			Valor justo	Custo máximo	Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	da opção	(R\$ mil)	desligados	canceladas	Elegíveis	exercidas	Elegíveis	existentes
2007	31	2.662.308	1,68	4.477	10	989.304	21	1.673.004	-	-
2008	46	4.241.928	1,64	6.971	9	977.544	37	3.264.384	-	-
2009	51	3.060.024	1,18	3.613	10	839.916	41	2.220.108	-	-
2010	47	2.096.121	2,33	4.891	7	199.803	-	-	40	1.896.318
2011	45	1.751.445	4,41	7.724	2	24.709	-	-	43	1.726.736
2012	51	1.609.097	5,01	8.055	-	-	-	-	51	1.609.097
		15.420.923		35.731		3.031.276	_	7.157.496		5.232.151

Em atendimento ao CPC 10 (R1)/IFRS 2, tomando-se por base os prazos de carência dos programas, foi reconhecido como despesa com planos de opções de ações em função do decurso de prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$3.624 em 31 de dezembro de 2012 (R\$2.863 em 31 de dezembro de 2011).

O Conselho de Administração aprovou a alienação de 7.157.496 ações, em razão do exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano, referente as outorgas de 2007 (1ª), de 2008 (2ª) e de 2009 (3ª).

20. Segmentos operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e de suas controladas com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, aprovados pela Diretoria.

As atividades da Companhia e de suas controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (i) planos coletivos pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal per capita;
- (ii) planos coletivos pós-pagos: o cliente assume integralmente o risco atuarial do contrato, arcando com o custo dos serviços prestados. Os serviços administrativos, de suporte e de gestão de saúde são basicamente os mesmos prestados nos nossos produtos pré-pagos. Nesse modelo, a OdontoPrev recebe uma taxa fixa mensal *per capita* pelos serviços de gestão, bem como reembolso do custo dos serviços odontológicos prestados no mês de referência;
- (iii) planos individuais pré-pagos: os custos do atendimento odontológico dos beneficiários, todos os aspectos referentes à administração do plano e à gestão de saúde bucal da população considerada são assumidos pela Companhia, em troca de uma remuneração mensal *per capita;*

(iv)outros: inclui diversos segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo:

- atendimento odontológico em consultórios próprios: incluem a instalação de consultórios dentro de clientes específicos (in company), e as unidade abertas a todos os beneficiários (através da Clidec);
- serviços administrativos e consultivos (prestados pela OdontoPrev Serviços);
- aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (por intermédio da Dental Partner);
- desenvolvimento de programas de computação (por meio da Easy).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir destacamos a margem de contribuição por canal/segmento operacional da Companhia e de suas controladas:

			(OLETIVO	11	IDIVIDUAL				
	Pré-	pagamento	Pós-	pagamento	Pré-	pagamento		OUTROS		TOTAL
	Período findo	o em 31 de	Período findo	em 31 de	Período findo	em 31 de	Período findo	em 31 de	Período find	o em 31 de
		ezembro de		zembro de		ezembro de		ezembro de		ezembro de
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contraprestações líquidas	852.494	742.682	21.774	14.266	91.024	79.277	-	-	965.292	836.225
Tributos diretos de operações com	(05.040)	(00.004)	(4.000)	(074)	(5.440)	(0.004)			(04.040)	(00,000)
planos de assistência à saúde	(25.240)	(22.061)	(1.230)	(971)	(5.143)	(3.964)	-	12	(31.613)	(26.996)
Vendas de bens e serviços Impostos sobre vendas de bens e	-	-	-	-	-	-	502	12	502	12
serviços	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_
RECEITA DE VENDAS	827.254	720.621	20.544	13.295	85.881	75.313	502	12	934.181	809.241
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(443.916)	(380.274)	(10.999)	(8.915)	(15.351)	(15.419)			(470.266)	(404.608)
RESULTADO OPERACIONAL	383.338	340.347	9.545	4.380	70.530	59.894	502	12	463.915	404.633
Despesas de comercialização	(62.422)	(51.959)	(601)	(63)	(24.961)	(21.900)	-	-	(87.984)	(73.922)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	320.916	288.388	8.944	4.317	45.569	37.994	502	12	375.931	330.711
Margem x receita de vendas (%)	38,8%	40,0%	43,5%	32,5%	53,1%	50,4%	100,0%	100,0%	40,2%	40,9%
Margem x total (%)	85,4%	87,2%	2,4%	1,3%	12,1%	11,5%	0,1%	0,0%	100,0%	100,0%
Principais ativos alocados por segmento:										
Faturas a receber	92.197	88.050	4.944	4.874	22.674	12.671	-	-	119.815	105.595
Notas de débito	-	-	1.483	600	-	-	-	-	1.483	600
Faturamento antecipado	(68.631)	(63.662)	-	-	(9.528)	(7.486)	-	-	(78.159)	(71.148)
Provisão para perdas sobre créditos	(14.740)	(17.761)	(730)	(986)	(10.374)	(3.487)		_	(25.844)	(22.234)
Ativos alocados por segmento	8.826	6.627	5.697	4.488	2.772	1.698		-	17.295	12.813
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	3.491	7.222
Ativos financeiros ao valor justo por										
meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	199.661	183.449
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	50.396	47.876
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores e bens	-	-	-	-	-	-	-	-	502	255
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	158.781	176.982
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	26.601	27.985
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	7.174	9.424
Intangível				-				<u>-</u>	518.761	513.152
Ativos não alocados	<u>-</u>		<u> </u>		<u>-</u>	<u> </u>	<u> </u>		965.367	966.345

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				OI ETIVO		NDIVIDUAL				Consolidado
	Pré-	pagamento		oLETIVO		pagamento	-	OUTROS		TOTAL
	Período findo		Período findo		Período findo		Período findo		Período find	
		ezembro de	dezembro de			ezembro de		zembro de	dezembro de	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contraprestações líquidas	873.919	764.896	21.776	14.266	93.849	82.432	-	-	989.544	861.594
Tributos diretos de operações com										
planos de assistência à saúde	(26.232)	(23.125)	(1.230)	(971)	(5.303)	(4.122)	-	-	(32.765)	(28.218)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	5.678	6.907	5.678	6.907
Impostos sobre vendas de bens e							(0.07.1)	(5.000)	(0.07.1)	(5.000)
serviços						-	(6.974)	(5.020)	(6.974)	(5.020)
RECEITA DE VENDAS	847.687	741.771	20.546	13.295	88.546	78.310	(1.296)	1.887	955.483	835.263
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(457.549)	(390.986)	(11.163)	(8.915)	(16.816)	(16.563)	-	-	(485.528)	(416.464)
RESULTADO OPERACIONAL	390.138	350.785	9.383	4.380	71.730	61.747	(1.296)	1.887	469.955	418.799
Despesas de comercialização	(62.622)	(52.363)	(601)	(63)	(25.609)	(22.357)	-	-	(88.832)	(74.783)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	327.516	298.422	8.782	4.317	46.121	39.390	(1.296)	1.887	381.123	344.016
Margem x receita de vendas (%)	38,6%	40,2%	42,7%	32,5%	52,1%	50,3%	100,0%	100,0%	39,9%	41,2%
Margem x total (%)	85,9%	86,7%	2,3%	1,3%	12,1%	11,5%	-0,3%	0,5%	100,0%	100,0%
Principals ativos alocados por segmento:										
Faturas/prêmios a receber	94.533	90.407	4.944	4.874	25.868	15.931	-	-	125.345	111.212
Notas de débito	-	-	1.483	600	-	-	-	-	1.483	600
Faturamento antecipado	(69.051)	(64.030)	-	-	(12.470)	(10.137)	-	-	(81.521)	(74.167)
Provisão para perdas sobre créditos	(15.311)	(18.305)	(730)	(986)	(10.482)	(3.949)			(26.523)	(23.240)
Ativos alocados por segmento	10.171	8.072	5.697	4.488	2.916	1.845	<u> </u>		18.784	14.405
Ativos não alocados por segmento:										
Caixa e equivalentes de caixa	_	_	_	_	_	_	_	_	4.418	8.052
Ativos financeiros ao valor justo por										
meio do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	213.512	199.799
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	64.859	61.431
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	987	784
Outros valores e bens	-	-	-	-	-	-	-	-	509	255
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	162.397	180.699
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.030	438
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	9.589	10.894
Intangível		_							522.616	516.521
Ativos não alocados	_	_						-	979.917	978.873
AUYOS Hao alocados					<u>-</u>		<u>-</u>		979.917	0,0.0,0

21. Receita de vendas

As contraprestações efetivas de operações com planos de assistência à saúde compõem-se das contraprestações líquidas, segundo o plano de contas da ANS, adicionadas as receitas de vendas de bens e serviços e tributos incidentes, equivalem-se à receita de vendas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Sua contrapartida ocorre no ativo circulante, na conta "créditos com operações com planos de assistência à saúde" e "outros créditos a receber", respectivamente, conforme destacamos a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		_			
		Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31 d	e dezembro de	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2012	2011	2012	2011	
Contraprestações líquidas	965.292	836.225	989.544	861.594	
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(31.613)	(26.996)	(32.765)	(28.218)	
Venda de bens e serviços	502	12	5.678	6.907	
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	(6.974)	(5.020)	
	934.181	809.241	955.483	835.263	

Pelo fato da ANS não ter aprovado o CPC 11/IFRS 4, as contraprestações líquidas incluem em 31 de dezembro de 2012, R\$21.774 e R\$21.776 (R\$14.266 e R\$14.266 em 31 de dezembro de 2011) na Companhia e no Consolidado, respectivamente, relativos a planos administrados, diferentemente do CPC 11/IFRS 4 que define como receita de prestação de serviços.

A Companhia e suas controladas: (i) não possuem clientes que representem mais do que 10% da totalidade das receitas de vendas e (ii) geraram a totalidade de suas receitas no Brasil.

22. Eventos indenizáveis líquidos (custos dos bens e/ou serviços vendidos)

Referem-se aos custos dos serviços odontológicos, de acordo com os termos de relações contratuais com a nossa rede credenciada de cirurgiões-dentistas e com a remuneração estipulada na tabela de procedimentos vigente. Inclui também os reembolsos efetuados aos nossos associados pela utilização de benefícios odontológicos fora da rede credenciada. Os valores são registrados em contrapartida à conta "eventos a liquidar com operações de assistência à saúde" no passivo circulante.

Adicionando-se aos eventos os totais de encargos sociais sobre serviços, materiais odontológicos, e outras despesas operacionais apuramos o custo de serviços, conforme demonstrado a seguir:

		Companhia	Consolidado		
	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro d		
	2012	2011	2012	2011	
Eventos indenizáveis líquidos	(416.868)	(345.102)	(426.859)	(352.470)	
Encargos sociais sobre serviços	(29.559)	(26.247)	(29.882)	(26.564)	
Materiais odontológicos	(6.549)	(6.142)	(3.781)	(4.025)	
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.787)	(13.096)	(9.503)	(19.384)	
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(15.503)	(14.021)	(15.503)	(14.021)	
	(470.266)	(404.608)	(485.528)	(416.464)	

23. Despesas de comercialização (despesas com vendas)

As despesas de comercialização referem-se às comissões incorridas junto às corretoras independentes e a outros canais de distribuição. Em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$87.984 e R\$88.832 (R\$73.922 e R\$74.783 em 31 de dezembro de 2011), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas gerais e administrativas

		Companhia		Consolidado	
	Exercício findo em 31	de dezembro de	Exercício findo em 31	o em 31 de dezembro de	
	2012	2011	2012	2011	
Pessoal e serviços de terceiros	(103.217)	(86.074)	(90.313)	(84.943)	
Localização e funcionamento	(24.463)	(20.274)	(28.222)	(23.062)	
Taxas e tributos	(3.574)	(3.198)	(3.781)	(3.466)	
Publicidade e propaganda	(11.846)	(10.553)	(12.673)	(11.186)	
Viagens, impressos e assinaturas	(5.417)	(5.744)	(6.150)	(6.396)	
Depreciações e amortizações	(4.824)	(5.800)	(5.159)	(6.173)	
Outras	(104)	(4.295)	(1.345)	(6.146)	
_	(153.445)	(135.938)	(147.643)	(141.372)	

25. Resultado financeiro

Consiste nas receitas financeiras geradas por investimentos financeiros e atualizações de créditos tributários e depósitos judiciais, deduzidas das despesas financeiras geradas pela atualização das provisões para contingências judiciais e despesas com tarifas bancárias.

		Companhia		Consolidado
-	Exercício findo em 31	de dezembro de	Exercício findo em 31	de dezembro de
_	2012	2011	2012	2011
Rendimentos de aplicações financeiras	15.626	18.087	16.947	19.561
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	2.141	2.908	2.141	2.908
Outras	3.100	2.551	3.586	3.687
Receitas financeiras	20.867	23.546	22.674	26.156
Tarifas bancárias	(1.853)	(1.627)	(2.170)	(1.754)
Atualização monetária das provisões para contingências judiciais	(6.241)	(4.708)	(6.242)	(4.731)
Juros sobre o capital próprio	(32.644)	(40.465)	(32.644)	(40.465)
Outras despesas financeiras	(622)	(1.431)	(1.029)	(1.863)
Despesas financeiras	(41.360)	(48.231)	(42.085)	(48.813)
Reversão dos juros sobre capital próprio	32.644	40.465	32.644	40.465
Resultado financeiro	12.151	15.780	13.233	17.808

26. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social estão conciliados para os valores registrados como despesa do exercício, conforme segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Companhia	Consolidado		
-	Exercício findo em 31 d	le dezembro de	Exercício findo em 31 d	le dezembro de	
	2012	2011	2012	2011	
Base de cálculo IRPJ e CSLL	209.280	193.127	213.161	196.963	
(x) Alíquota vigente	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%	
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL, de acordo com					
a alíquota vigente	(71.155)	(65.663)	(72.475)	(66.967)	
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes/					
temporárias:					
Equivalência patrimonial	2.032	1.645	(248)	(279)	
Prejuízos fiscais	-	-	96	207	
Provisão para contingências	(12.829)	(10.481)	(12.768)	(10.604)	
Provisões diversas	2.022	1.916	2.337	2.154	
Provisão para perdas sobre créditos	212	(597)	176	(675)	
Amortização do ágio	30.292	29.997	30.292	29.997	
Ajustes lei 11.638/07	(1.616)	(1.844)	(1.642)	(1.855)	
Juros sobre capital próprio	11.099	13.758	11.099	13.758	
Outorga de opções de ações	(1.232)	(973)	(1.232)	(973)	
Outras	(2.271)	(1.403)	(2.697)	(1.905)	
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	(43.446)	(33.645)	(47.062)	(37.142)	
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL corrente	20,8%	17,4%	22,1%	18,9%	
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferido	(20.268)	(14.171)	(20.336)	(14.151)	

27. Lucro por ação

Conforme definições do CPC 41/IAS 33 detalhadas na nota 2.21, apresentamos o cálculo do lucro básico e do diluído por ação, considerando o desdobramento de abril de 2012, 1:3 para o ano de 2011 inclusive:

(a) Básico

_	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2012	2011	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	145.566	145.311	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	530.242	530.461	
Lucro básico por ação (R\$)	0,27453	0,27393	

(b) Diluído

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2012	2011	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	145.566	145.311	
Ações ordinárias (em milhares)			
Quantidade média ponderada de ações emitidas	530.242	530.461	
Ajuste de opções de compra de ações	5.232	6.007	
Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação	535.474	536.468	
Lucro diluído por ação (R\$)	0,27185	0,27087	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Dividendos e juros sobre capital próprio

No quadro a seguir destacamos, os montantes deliberados a título de dividendos e juros sobre capital próprio:

					(Companhia
			Deliberação	Data do		Competência
Aprovação	Tipo	Data	ação (R\$)	pagamento	2012	2011
RCA	Dividendos ¹	04/08/2011	0,26660	21/09/2011	-	47.221
RCA	Juros sobre capital próprio¹	04/08/2011	0,13270	21/09/2011	-	23.508
RCA	Juros sobre capital próprio¹	26/12/2011	0,09590	10/01/2012	-	16.957
AGOE	Dividendos complementares ¹	02/04/2012	0,40755	25/04/2012	-	72.000
RCA	Juros sobre capital próprio	26/04/2012	0,02789	23/05/2012	14.761	-
RCA	Dividendos intercalares	26/04/2012	0,05221	23/05/2012	27.625	-
RCA	Juros sobre capital próprio	26/07/2012	0,01735	22/08/2012	9.216	-
RCA	Dividendos intercalares	26/07/2012	0,06161	22/08/2012	32.735	-
RCA	Juros sobre capital próprio	25/10/2012	0,01631	21/11/2012	8.667	-
RCA	Dividendos intercalares	25/10/2012	0,04801	21/11/2012	25.506	-
Proposta ²	Dividendos complementares ¹	02/04/2013	0,07720	03/05/2013	41.016	
					159.526	159.686

¹ Valor da ação, desconsiderando desdobramento de 02/04/2012.

AGOE = Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Conforme Estatuto o dividendo mínimo obrigatório em 31 de dezembro de 2012 é de R\$69.144 (R\$69.023 em 31 de dezembro de 2011):

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Lucro líquido do exercício	145.566	145.311
(-) Reserva legal	(7.278)	(7.266)
Base de cálculo ajustada	138.288	138.045
(%) Percentual dividendo mínimo conforme Estatuto	50	50
Dividendos mínimos	69.144	69.023
Dividendos	85.866	47.221
Juros sobre capital próprio¹	27.748	34.396
Dividendo adicional proposto	41.016	72.000
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	154.630	153.617
Complemento (excedente) dividendo mínimo obrigatório	(85.486)	(84.594)
Dividendos mínimos	69.144	69.023

¹ Líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de 15%.

29. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem compromissos relativos a contratos de locação de imóvel comercial de seus escritórios executivos e clínicas odontológicas, com os respectivos vencimentos abaixo:

_	Companhia	Consolidado
Até um ano	2.236	3.832
Acima de um ano até cinco anos	658	2.983
	2.894	6.815

Todos os contratos são canceláveis mediante multa rescisória.

² A ser submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 02 de abril de 2013.

RCA = Reunião do Conselho de Administração

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Partes relacionadas

As operações entre a Companhia e suas controladas consistem em contratos de prestação de serviços administrativos e de credenciamento no fornecimento de serviços, prestação de serviços de assistência odontológica, prestação de serviços de informática e fornecimento de produtos odontológicos cujos valores, prazos e taxas foram negociados e aplicados em condições idênticas às contratadas com partes não relacionadas, e são demonstradas a seguir:

				OdontoPrev	Dental	
Descrição	Natureza	OdontoPrev	Clidec	Serviços	<u>Easy</u>	Partner
Ativo/(Passivo)						
Outros créditos a receber	Serviços administrativos	-	774		-	678
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(1.452)	-	-	-	-
Receita/(Despesa)						
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	92	-	-	-	-
	Material e serviços odontológicos,					
Vendas de bens e serviços	serviços administrativos	-	8.818	30.946	237	6.447
Eventos indenizáveis líquidos	Serviços odontológicos	(821)	-	-	-	-
Materiais odontológicos	Materiais odontológicos	(6.447)	-	-	-	-
Administrativas	Serviços administrativos	(39.180)	(21)	(67)	(4)	-
Exercício findo em 31 de dezembro	o de 2012	(47.808)	9.571	30.879	233	7.125
Exercício findo em 31 de dezembro	de 2011	(32.538)	7.395	19.360	69	5.714

A Companhia mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da OdontoPrev, faz parte. Tais operações são relacionadas abaixo:

	Grupo Bradesco
Ativo/(Passivo)	
Disponibilidades	2.040
Aplicações financeiras	3.105
Contraprestações pecuniárias a receber	4.083
Faturamento antecipado	(4.488)
Fornecedores de seviços	(444)
Receitas/(Despesas)	
Contraprestações líquidas	58.163
Outras despesas operacionais	(9.494)
Receitas financeiras	11.960
Despesas financeiras	(1.018)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	59.611

A Companhia também possui contrato de distribuição de planos de saúde odontológicos com o Banco Bradesco, pelo prazo de 10 anos, e contratou-o como agente escriturador de suas ações. Pelos serviços de escrituração foram pagos R\$27 até 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente às transações mencionadas acima a Companhia possui: (i) contrato de credenciamento para prestação de serviços de assistência odontológica, por prazo indeterminado, com a Sra. Raquel Virgínia Zanetti e Sra. Anete Scharfstein Zanetti, respectivamente irmã e cônjuge do Diretor Presidente, que totalizaram R\$1 e R\$1

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em 31 de dezembro de 2012; (ii) através de sua controlada direta Clidec, mantém um contrato de locação comercial, por prazo indeterminado, de imóvel situado a Av. Paulista, nº 2.444, conjunto 151, com o Sr. Artemio Luiz Zanetti, pai do Diretor Presidente, que totalizou R\$21 em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia e suas controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2012, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$4.964 e R\$6.634, na Companhia e no consolidado, respectivamente.

A remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, segregada entre seus componentes fixos e variáveis, estão assim compostos:

	Exercício findo em 31 de	e dezembro de
	2012	2011
Diretoria Estatutária	4.153	3.285
Pró-labore	2.840	2.679
Benefícios	155	138
Bônus	1.158	468
Conselho de Administração	1.198	1.140
Pró-labore	1.198	1.140
Conselho Fiscal	280	223
Pró-labore	280	223
	5.631	4.648

Conforme relacionado a seguir, os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de outorga (benefícios de longo prazo) detalhado na nota 19.5.

	Inío	cio do período	С	ancelamentos	Opç	ões exercidas	Fi	nal do período
_			Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	desligados	canceladas	Elegíveis	exercidas	Elegíveis	existentes
2007	6	1.285.488	3	584.424	3	701.064	-	-
2008	5	1.397.592	2	488.916	3	908.676	-	-
2009	7	1.378.356	3	678.084	4	700.272	-	-
2010	5	787.521	-	-	-	-	5	787.521
2011	5	533.829	-	-	-	-	5	533.829
2012	6	635.885					6	635.885
	_	6.018.671	_	1.751.424	_	2.310.012	_	1.957.235

Os Conselhos de Administração e Fiscal não possuem remuneração variável e a Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pós-emprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

31. Seguros

A política da Companhia é manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório em face dos riscos envolvidos.

32. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não operaram diretamente e nem apresentavam posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Companhia e Consolidado) em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. Informação suplementar: fluxo de caixa - método direto

		Companhia		Consolidado		
	Exercício findo em 31	eb ordmezeb eb	Exercício findo em 31 d	le dezembro de		
	2012	2011	2012	2011		
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Recebimentos de plano de saúde	960.920	820.513	1.002.720	866.363		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(16.212)	(71.760)	(13.708)	(78.263)		
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(409.991)	(328.713)	(427.211)	(343.436)		
Pagamento de comissões	(78.705)	(63.024)	(79.543)	(64.009)		
Pagamento de pessoal	(48.751)	(46.370)	(72.624)	(69.814)		
Pagamento de pró-labore	(3.514)	(2.843)	(4.408)	(3.856)		
Pagamento de serviços de terceiros	(30.809)	(26.927)	(18.679)	(28.171)		
Pagamento de tributos	(98.214)	(85.094)	(108.409)	(93.441)		
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(1.486)	(538)	(1.456)	(651)		
Pagamento de aluguel	(3.302)	(2.967)	(5.941)	(4.817)		
Pagamento de promoção/publicidade	(9.626)	(7.036)	(10.320)	(7.499)		
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais	(47.038)	(59.694)	(36.632)	(47.626)		
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	213.272	125.547	223.789	124.780		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aquisição de imobilizado	(2.386)	(4.267)	(3.653)	(4.568)		
Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares e outros	(6.759)	(2.385)	(6.929)	(2.385)		
Despesas de comercialização diferidas	927	(3.286)	927	(3.287)		
Baixa de investimentos por incorporação	-	-	-	(44)		
Aquisição de investimentos, incluindo ágio	(639)	(629)	(1.279)	(629)		
Dividendos recebidos de controladas	8.000	-	-	-		
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(857)	(10.567)	(10.934)	(10.913)		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(207.467)	(85.806)	(207.467)	(85.806)		
Aquisição de ações próprias - em tesouraria	(9.002)	(37.345)	(9.002)	(37.345)		
Recebimento de outorga de opção de ações	323	6.154	323	6.154		
Outros	-	-	(343)	-		
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADE DE FINANCIAMENTOS	(216.146)	(116.997)	(216.489)	(116.997)		
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.731)	(2.017)	(3.634)	(3.130)		
CAIVA E FOUNDAI ENTES DE CAIVA						
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Saldo inicial	7.222	9.239	8.052	11.182		
Saldo final	3.491	7.222	4.418	8.052		
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.731)	(2.017)	(3.634)	(3.130)		
WEDGANG FIN ONIVY F EMPLYMENTED DE OVIVA	(3.731)	(2.017)	(3.034)	(3.130)		

34. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2013 foi concluída a operação de aquisição do Grupo Papaiz, mediante o cumprimento das condições precedentes das partes e a aprovação, sem restrições, da operação pelo CADE. Com a conclusão da operação, foi assinado Acordo de Acionistas da Papaiz Associados Diagnósticos por Imagem S.A. celebrado entre Fleury CPMA e Clidec, no qual Fleury e OdontoPrev figuram como intervenientes anuentes, tendo como objetivo regular determinados aspectos de suas relações na qualidade de acionistas da Papaiz.

Conforme proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2012, esta sendo submetido à aprovação da AGO (a ser realizada em 02 de abril de 2013) o dividendo complementar de R\$41.016, acima do percentual de 50% previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório, sendo composto por R\$19.778 de parte do lucro líquido conforme destacado na nota 19.4 e R\$21.238 do saldo existente em reserva estatutária, a ser pago em 03 de maio de 2013.